Grupo Parlamentar PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-04-20	
O Secretário da Mesa	
Diogo Leão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Diogo Leão (Assinatura Qualificada) Date: 2017.04.20 12:44:27 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 3984 / XIII (2 .ª)

Assunto: Serviço Militar Obrigatório

Destinatário: Min. da Defesa Nacional

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma das grandes mudanças na conceção da sociedade portuguesa passou pela desconstitucionalização do serviço militar obrigatório (SMO), num tempo em que a paz social e política permitiu ao Estado dar a efetiva liberdade de escolha aos jovens portugueses.

O fim do SMO foi aprovado a 1 de julho de 1999, prevendo um período de quatro anos de transição por forma a que todos os ramos das Forças Armadas se pudessem preparar para a nova realidade. Concretizado em 2004, foi o concluir de um processo de longos anos onde se questionava a efetividade do ingresso involuntário de muitos jovens nos quartéis, ao invés da promoção de medidas de incentivo à profissionalização das Forças Armadas.

O contexto político internacional, bem como a vontade de recuperação de um suposto sentimento de pertença e de serviço em prol da nação, são expedientes com que alguns setores da sociedade portuguesa recuperaram o tema, trazendo para a discussão as eventuais virtuosidades da recuperação de um Serviço Militar Obrigatório.

Segundo foi veiculado na imprensa, o próprio Governo, na voz do Sr. Ministro da Defesa, quando questionado sobre a capacidade de atração das Forças Armadas, podendo a discussão dirigir-se para o extinto Serviço Militar Obrigatório, não deu uma resposta cabal quanto àquela que pode ser a intenção do governo relativamente a esta matéria.

Vemos este eventual retrocesso com preocupação, uma vez que não perspetivamos no Serviço Militar Obrigatório uma solução para os eventuais problemas de falta de efetivos nas Forças Armadas e, mais ainda, que a formação cívica não passa pela reposição deste regime de caráter militarista, mas antes pelo fomento da participação cidadã nas escolas e na sociedade.

Em 2015, 21 dos 27 Estados-membros da União Europeia não tinham Serviço Militar Obrigatório.

O programa do XXI governo constitucional não prevê o regresso a um modelo de Serviço Militar Obrigatório, nem tão pouco sinaliza a necessidade de retomar este debate.

Face ao exposto, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo-assinados requerem, através de V. Exa., ao Ministro da Defesa, resposta à seguinte questão:

1. Está o governo a ponderar a reposição do serviço militar obrigatório?
2. Que medidas é que estão a ser promovidas com vista à capacitação das Forças Armadas?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 19 de Abril de 2017

Deputado(a)s

IVAN GONÇALVES(PS)

JOÃO TORRES(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.